

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AMAZÔNIA**

**SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , de 2015
(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

*Solicita informações ao Presidente do
Tribunal de Contas da União sobre a decisão
do órgão de investigar o uso de recursos
públicos na construção da usina de Belo
Monte.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos artigos 70 e 71, II e VII da Constituição Federal que, ouvido o colegiado da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, sejam adotadas as providências para a Solicitação de Informações ao Tribunal de Contas da União – TCU acerca da decisão do órgão em investigar o uso de recursos públicos na construção da usina de Belo Monte, no Estado do Pará, conduzida pela Norte Energia S.A.

Nesse sentido, solicito que sejam encaminhados a esta casa os seguintes documentos e respostas a questionamentos:

- Relatórios resultantes da auditoria, quando finalizados;
- Quais motivos levaram o TCU a decidir investigar o uso de recursos públicos na construção da usina de Belo Monte;
- Qual o motivo para o custo final da obra, da ordem de R\$ 33 bilhões, ser aproximadamente 74% superior ao orçamento inicial do projeto, estimado em R\$ 19 bilhões;

- Se foi possível rastrear a alocação dos recursos públicos pela Norte Energia S.A. Em caso positivo, encaminhar relatório discriminando a alocação dos recursos públicos, por contrato e rubrica de despesa.

Justificativa

No dia 18 de março de 2015, protocolamos a Proposta de Fiscalização e Controle de nº 4/2015 na Comissão de Minas e Energia, com o objetivo de solicitar condução de auditoria pelo Tribunal de Contas da União – TCU – nos contratos de Belo Monte. Até o momento, a PFC 4/2015 ainda não foi apreciada pelo colegiado da Comissão de Minas e Energia.

Na ocasião, justificamos o pedido em decorrência de notícia veiculada no jornal O Globo no dia 6 de março de 2015, que publicou depoimento do Sr. Dalton Avancini, Diretor-Presidente da empreiteira Camargo Corrêa, em que afirmava haver pago propina no valor de R\$ 102 milhões em favor do PT e do PMDB, em partes iguais, para obter contratos de Belo Monte. O senador e ex-ministro Edison Lobão é citado como um dos beneficiários da propina paga pela Camargo Corrêa.

Tudo indica que o mesmo esquema de desvio de recursos implementado de maneira sistemática nos contratos da Petrobras tenha sido usado nos contratos de Belo Monte e em outros empreendimentos de grande porte financiados com recursos públicos.

É importante que a Câmara dos Deputados, e em especial essa Comissão, conheça os motivos que levaram o TCU a tomar a decisão de auditar o uso de recursos públicos na construção da usina de Belo Monte, assim como os resultados desse procedimento investigativo. Assim, essa Casa poderá exercer sua atribuição precípua de fiscalização, juntamente com aquela Corte de Contas, e tomar as providências cabíveis, combatendo o mau uso dos recursos públicos.

Sala das Reuniões, 30 de junho de 2015.

Dep. Arnaldo Jordy
PPS – PA